



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO ADMINISTRATIVA EM 1ª INSTÂNCIA**

Processo de Responsabilização de Entes Privados nº xx/xx  
Protocolo nº xxxxxxxxxxxx/xxxxx  
Empresa xx

**Defesa acatada integralmente:**

Trata-se de Processo de Responsabilização de Entes Privados nº XXX, protocolo nº 23419... instaurado em desfavor da empresa **XXXX - CNPJ nº XXXX**, dando conta da não entrega dos produtos/ da não realização dos serviços/..., obrigações advindas do Contrato nº xxxx/ das Notas de Empenho nº xxxx.

Por meio do ofício IFRS nº xxx foi oportunizada à empresa a possibilidade de apresentação de defesa, no prazo de 15 dias úteis. A empresa, tempestivamente, apresentou suas razões defensivas, onde alegou, em suma, que xxxxx.

Ato contínuo, a Comissão/ servidor designada para a condução deste processo emitiu relatório com os fatos e fundamentos relativamente a esse caso, bem como com a sugestão de arquivamento do processo, sem aplicação de sanção administrativa.

Após, vieram-me os autos conclusos para proferir Decisão Administrativa.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

De pronto, verifico que as razões apresentadas pela empresa merecem prosperar, de modo a ser inviável a aplicação de uma sanção administrativa, eis que **xxxx descrever as razões que levaram a isso.**

No mais, como fundamentação, tomo por base o relatório emitido e o adoto em sua integralidade, conforme autorizado pelo art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, que assim dispõe: “A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato”.

Pelas razões acima mencionadas, **DECIDO** pelo acatamento integral dos argumentos expostos pela contratada e **DETERMINO** o arquivamento do presente processo, sem a aplicação de sanção administrativa.

Comunique-se à empresa acerca da presente decisão.

Comunique-se aos campi do IFRS.

Na seqüência, arquite-se o presente procedimento.

Nome do Responsável

Autoridade Competente para Decisão em Primeira Instância

Portaria nº .../...

### **Defesa rejeitada, acatada parcialmente ou não apresentada:**

Trata-se de Processo de Responsabilização de Entes Privados nº XXX, protocolo nº 23419... instaurado em desfavor da empresa **XXXX - CNPJ nº XXXX**, dando conta da não entrega dos produtos/ da não realização dos serviços/..., obrigações advindas do Contrato nº xxxx/ das Notas de Empenho nº xxxx.

Por meio do ofício IFRS nº xxx foi oportunizada à empresa a possibilidade de apresentação de defesa, no prazo de 15 dias úteis. **A empresa, tempestivamente, apresentou suas razões defensivas, onde alegou, em suma, que xxxxx. Se a empresa não apresentar defesa, escrever assim: embora devidamente notificada, a empresa não apresentou defesa dentro do prazo concedido.**

Ato contínuo, a Comissão/ servidor designada para a condução deste processo emitiu relatório com os fatos e fundamentos relativamente a esse caso, bem como com a sugestão de .....

Após, vieram-me os autos conclusos para proferir Decisão Administrativa.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

De pronto, verifico que estão presentes a materialidade e a autoria da infração administrativa, de modo a ser juridicamente possível a aplicação de uma sanção de cunho administrativo a fim de sancionar e educar a empresa ora infratora acerca dos fatos ocorridos.

Além disso, os danos causados ao IFRS são evidentes, porquanto.... **escrever os danos causados ao IFRS.**

No mais, como fundamentação, tomo por base o relatório emitido e o adoto em sua integralidade, conforme autorizado pelo art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, que assim dispõe: “*A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato*”.

Pelo exposto, e considerado o relatório emitido, que passa a fazer parte integrante desta decisão, **APLICO** à empresa **xxxx - CNPJ nº xxxx a sanção administrativa de xxxx**, conforme Edital e Termo de Referência do PE nº xxx-IFRS, bem como com base no art. xxx da Lei nº 14.133/2021.

Comunique-se à empresa acerca do teor do relatório e desta decisão, informando a possibilidade de apresentação de recurso. **Importante ressaltar que eventual recurso deve ser feito de forma clara e legível, além do que deve ser apresentado em documento específico e em PDF.**

Comunique-se aos campi do IFRS acerca desta decisão.

Caso haja apresentação de recurso, voltem os autos conclusos para juízo de reconsideração.

Caso não haja a apresentação de recurso dentro do prazo legal, **autorizo**, desde já, a aplicação da penalidade nos sistemas pertinentes e as divulgações de praxe (Diário Oficial da União, Banco de Sanções da CGU).

Nome do Responsável  
Autoridade Competente para Decisão em Primeira Instância  
Portaria nº .../...

#### **Autoridade não aceita sugestão do relatório:**

Trata-se de Processo de Responsabilização de Entes Privados nº XXX, protocolo nº 23419... instaurado em desfavor da empresa **XXXX - CNPJ nº XXXX**, dando conta da não entrega dos produtos/ da não realização dos serviços/..., obrigações advindas do Contrato nº xxxx/ das Notas de Empenho nº xxxx.

Por meio do ofício IFRS nº xxx foi oportunizada à empresa a possibilidade de apresentação de defesa, no prazo de 15 dias úteis. A empresa, tempestivamente, apresentou suas razões defensivas, onde alegou, em suma, que xxxxx. **Se a empresa não apresentar defesa, escrever assim: embora devidamente notificada, a empresa não apresentou defesa dentro do prazo concedido.**

Ato contínuo, a Comissão/ servidor designada para a condução deste processo emitiu relatório com os fatos e fundamentos jurídicos relativamente a esse caso, bem como com a sugestão de sanção administrativa de xxxxx

Após, vieram-me os autos conclusos para proferir Decisão Administrativa.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Explicar as razões pelas quais diverge do relatório emitido e decidir por penalidade diversa ou arquivar o processo, sem a aplicação de sanção. Importante mencionar todos os fatos e fundamentos jurídicos que levaram ao entendimento em sentido contrário do relatório.

Pelo exposto, afasto o relatório emitido pela comissão processante e, no mérito, **APLICO** à empresa **xxxx - CNPJ nº xxxx a sanção administrativa de xxxx**, conforme Edital e Termo de Referência do PE nº xxx-IFRS, bem como com base no art. xxx da Lei nº 14.133/2021 **OU DETERMINO** o arquivamento do presente processo, sem a aplicação de sanção administrativa.

Comunique-se à empresa acerca do teor do relatório e desta decisão, informando a possibilidade de apresentação de recurso. **Importante ressaltar que eventual recurso deve ser feito de forma clara e legível, além do que deve ser apresentado em documento específico e em PDF.**

Comunique-se aos campi do IFRS acerca desta decisão.

Caso haja apresentação de recurso, voltem os autos conclusos para juízo de reconsideração.

Caso não haja a apresentação de recurso dentro do prazo legal, **autorizo**, desde já, a aplicação da penalidade nos sistemas pertinentes e as divulgações de praxe (Diário Oficial da União, Banco de Sanções da CGU).

Nome do Responsável

Autoridade Competente para Decisão em Primeira Instância

Portaria nº .../...